



SINTRAJUSC

NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores  
no Poder Judiciário Federal  
no Estado de Santa Catarina

14 a 18 de janeiro de 2008  
Número 811

# Verão para descansar e planejar 2008

Filiados e dependentes aproveitam nova sede social do Sindicato

Fotos: Miriam Santini de Abreu



Local tem apartamentos novos e áreas de lazer reformadas

Ano começa  
sem o pagamento dos  
quintos no TRT e TRF



Ederson, da Vara do Trabalho de Joinville, passa temporada com a família

*Página 3*

[www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br)

# Nova sede social atrai filiados

Apartamentos novos e mais segurança estão entre as mudanças



Temperatura pouco acima dos 30 graus e cenário ideal para tomar banho de mar ou ficar sob o sol, mas Liliane Toldo Cunha Oldra estuda a Constituição Federal.

Técnica judiciária na 1º Vara do Trabalho de Chapecó, ela aproveita as férias e, ao mesmo tempo, aprimora os conhecimentos para fazer o concurso para analista judiciária no TRT.

Como Liliane, outros trabalhadores da base do Sindicato aproveitam o verão na sede social do SINTRAJUSC, na Praia do Campeche, em Florianópolis, reformada e inaugurada em dezembro passado. A servidora, que veio com 2 dos 3 filhos, já ocupava a sede anterior, e entre as principais melhorias relacionou os novos acessos para carga e descarga e a boa organização dos apartamentos.

### Segurança

Luiz e Zenilda Accordi, acompanhados da filha Priscila e de uma afilhada, também aproveitam a temporada em um dos apartamentos para visitar praias da Capital. “É importante ter tempo para si mesmo e para a família, e aqui a gente se sente seguro, é tudo murado, dá até para dormir com a janela aberta”, diz Luiz, que trabalha em Jaraguá do Sul e filiou-se ao Sindicato assim que

entrou no serviço público federal, há quase 19 anos.

Para quebrar a rotina e revigorar a energia, Gerson Henrique Franco de Macedo, que atua na Vara do Trabalho de Mafra, foi outro servidor que também trouxe a família para passar uma temporada na sede social do SINTRAJUSC. “As unidades ficaram ótimas, com móveis novos, e agora há mais espaço”, comenta. Já Ederson Carvalho de Souza, da 5º Vara do Trabalho de Joinville, além de frequentar outras praias da Capital, também aproveita a estadia para fazer tratamento dentário.

### Expectativas

Tempo de parar e de refletir. Para Liliane, entre as lutas do SINTRAJUSC em 2007 o destaque ficou com a saúde. “O pessoal do Sindicato investiu nesse tema, esclareceu o servidor, que precisa de atenção. Não adianta só cobrar rendimento, tem que dar condições de trabalho”, diz ela. Para 2008, a expectativa da servidora é a implantação completa do PCS e o fortalecimento cada vez maior do Sindicato através do reforço dos vínculos entre os servidores da Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral.

Já Accordi, que tem verbas atrasadas a receber, resultantes de ações judiciais, teme prejuízos por causa do fim da CPMF e dos possíveis cortes nos gastos públicos. “Sempre que isso acontece, o governo mexe com o funcionalismo.”

Ederson, de Joinville, acrescenta que a luta por um plano de saúde melhor também é importante, especialmente para quem trabalha no interior do Estado, onde a disponibilidade de médicos não é tão grande quanto na Capital.



Luiz e Zenilda e, abaixo, Liliane e o filho Guilherme; no detalhe, tempo para estudo



Bianca, Andréia e Gerson: temporada quebra rotina



Os  
têm à  
dois b  
conju  
A s  
lazer  
churr  
regula  
págin  
(www  
Cac  
tempo  
depen  
de pa  
SINTR  
O S  
frequ

Des



Apose  
anos,  
família  
Sindica

## Reserva do local é feita na internet



afiliados e filiadas, dependentes e convidados em disposição oito apartamentos distribuídos em blocos. Cada apartamento possui cozinha e sala de estar, quarto e banheiro.

Além disso, o condomínio dispõe de um campo de futebol suíço, área de recreação infantil, dois quiosques externos com churrasqueiras e área de estacionamento. O regulamento para uso do espaço está publicado na página do Sintrajusc na internet ([www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br)).

Cada afiliado pode reservar até dez dias durante a semana. A taxa diária é de R\$ 5,00 para dependentes e filiados, mediante o desconto em folha de pagamento através de convênio com o Sintrajusc, e R\$ 10,00 para convidados. O sindicato anotou e vai avaliar as sugestões dos dependentes da sede social.

## Destaque



O presidente do setor de segurança do TRT há 16 anos, Lucemar Marques Cardoso também levou a equipe para ficar uma semana na sede social do sindicato.

## Só o TRE acerta parte da dívida dos quintos

2007 terminou sem a esperada notícia do pagamento dos quintos no TRT e no TRF.

Apenas o TRE acertou a dívida, e o fato é que os demais Tribunais poderiam ter colocado em dia parte do que devem aos servidores. No final de dezembro, a diretoria do SINTRAJUSC reuniu-se com o Presidente do TRT e com diretores do TRE para discutir a aplicação das sobras orçamentárias e reivindicar que fossem aplicadas no pagamento das pendências.

O TRT baseou-se em um ofício do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que trata da suplementação de crédito de pessoal e da forma de aplicação da sobra orçamentária. Apesar de o ofício mencionar que a ordem de aplicação da sobra era prioritária, e não exclusiva e nem específica, o TRT decidiu ignorar a possibilidade de pagamento dos quintos.

### Exceções

Já o TRE teve uma interpretação diferente. Entendeu-se que a incorporação dos quintos e seus atrasados está amparada em decisão plenária do Tribunal e também tem respaldo em decisão proferida pelo TCU. Uma vez que havia disponibilidade de orçamento, o TRE pagou parte dos quintos, por entender que, além das decisões do TRE e do TCU, esse débito não se inclui entre os vetos impostos pelo Conselho Nacional de Justiça, e pode ser enquadrado nas exceções (verbas já apreciadas pelo STF).

O assessor do sindicato, Washington Luiz Moura Lima, fez um estudo do Banco de Dados da Execução Orçamentária e Financeira da União até 31 de dezembro de 2007, e constatou que havia um saldo de R\$ 7,9

milhões para as despesas de pessoal no TRT da 12ª Região, sendo que apenas R\$ 263 mil para o pagamento de aposentadorias e pensões, de expressivos R\$ 7,2 milhões para a Contribuição da União à Previdência dos Servidores e outros R\$ 376 mil para o pagamento de pessoal ativo.

Como o Tribunal não havia feito nenhum pagamento de passivos, e como não há praticamente saldo para o pagamento de pessoal ativo, pode-se deduzir que o saldo que havia no final de 2007, de aproximadamente R\$ 15 milhões, foi utilizado para o pagamento de adiantamentos da folha de 2008. Já outros Tribunais no país pagaram retroativos de quintos e de juros da ação dos 11,98%, medida autorizada pelo CNJ, deixando de usar os recursos para adiantamentos da folha de 2008.

### Dívida só cresce

Ao optar por executar parte importante do orçamento de 2008 em 2007 (adiantamento de férias, por exemplo), o TRT da 12ª Região se alinhou com os Tribunais que seguiram na íntegra a orientação do CNJ, que, ao não respeitar a ordem de antiguidade para o pagamento dos passivos e ignorar o fato de que o saldo orçamentário decorreu de previsão vinculada à aprovação do PCS, se orientou pela represália aos servidores em razão do ajuizamento da ação popular que sustou o pagamento de atrasados do ATS aos Juízes.

Do mesmo modo se comportou o TRF da 4ª Região, sendo que a exceção a merecer aplausos é o TRE/SC. Não é demais lembrar que a dívida de quintos continua crescendo e que medidas como a devolução de verba orçamentária não irão quitá-la.

## Prêmio



O SINTRAJUSC entregou no dia 20 de dezembro, a Maria de Fátima Dagostim Gregório, a “mala” simbólica que ratificou o direito ao prêmio de uma viagem com acompanhante a um de três destinos turísticos (Império Inca, no Peru, Isla Margarita, na Venezuela, ou Aruba, no Caribe). A entrega foi feita na residência da filiada, que mora em Criciúma, Sul do Estado. O prêmio foi sorteado no dia 15 de dezembro, durante a festa de confraternização do Sindicato realizada em Florianópolis. Maria de Fátima é servidora aposentada da 2ª Vara da Justiça do Trabalho, órgão no qual entrou em 1980, e aposentou-se em 2002. Ela é filiada ao SINTRAJUSC desde setembro de 1995.

## Sintrajusc e Sesc fazem convênio

O Sintrajusc e o Sesc fizeram convênio para oferecer novos serviços e atividades aos filiados, cônjuges e filhos até 21 anos. Os filiados devem ir até o SESC fazer o cadastro, levando identificação do Sintrajusc (carteirinha), documentos pessoais (CPF, identidade e foto recente) e comprovante de residência. O cadastro será feito na modalidade USUÁRIO, com até 10% de desconto sobre as taxas. Mais informações na página do SINTRAJUSC.

## Concurso público

### Sindicato questiona TRT sobre empresa contratada

A Coordenadora Geral do SINTRAJUSC, Denise Zavarize, protocolou requerimento no TRT da 12ª Região no qual questiona a escolha da empresa que vai fazer o concurso público para provimento de cargos marcado para 30 de março.

A justificativa é que a empresa – Instituto Cetro, de São Paulo – tem pouca atuação em concursos do mesmo porte e da mesma natureza, e que há outras empresas com maior qualificação e experiência na mesma área.

No requerimento, o SINTRAJUSC pede que sejam tomadas providências urgentes para cancelar o concurso, e lembra que problemas em outro concurso foram alvo de uma ação popular em 2002.

Pesquisa realizada no sítio eletrônico da empresa contratada revela que o Instituto Cetro tem experiência em concursos públicos em empresas de economia mista, fundações e prefeituras municipais, mas não organizou concurso público no Poder Judiciário Federal. O contrato do TRT com a empresa foi firmado em 7 de dezembro do ano passado.

A preocupação do Sindicato também avança em relação a detalhes do edital divulgado pelo TRT. Ao elencar os conhecimentos específicos para o cargo de analista judiciário, área administrativa, o edital não especificou a ementa do item *noções de administração de recursos materiais*.

Além disso, diz Denise, causa estranheza o fato de a validade do

concurso ser de um ano, prorrogável por idêntico período, sendo que o número de vagas e a validade reduzidos darão ao concurso uma repercussão menor do que a merecida.

Na ação popular de 2002, o Sindicato buscava a declaração da nulidade de uma prova prática de informática do concurso público para provimento, dentre outros, dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário para o TRT. O sindicato apontava diversas irregularidades na aplicação da prova, que feriam a Constituição Federal e o princípio da igualdade e da oportunidade.

No mérito, a União defendeu a ausência de irregularidades apontadas e violação ao princípio da igualdade e de prática lesiva aos cofres públicos, uma vez que os melhores candidatos haviam sido nomeados, treinados e exerciam regularmente suas funções.

O MPF se manifestou na ação, afirmando que as irregularidades estavam provadas, e sugeriu que se garantisse a permanência, nos cargos, dos servidores já nomeados. Mas em relação aos candidatos na lista de espera, possivelmente prejudicados, foi sugerida a oportunidade de realização de nova prova e, em caso de bom desempenho, a oportuna nomeação para o cargo de analista. O concurso, porém, foi validado pelo TCU, o prazo de validade do resultado expirou e o MPF requereu arquivamento por perda de objeto.

Desta vez, o Sindicato espera medidas para evitar que o problema se repita, e já apresentou o requerimento quase dois meses e meio antes da realização do concurso.